

País pode crescer com austeridade fiscal, diz Barros

Ex-integrante do governo afirma que medidas podem ser tomadas sem estourar os cofres públicos.

DENISE NEUMANN

O ex-secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) José Roberto Mendonça de Barros está convencido de que há “coisas que podem ser feitas” para incentivar o desenvolvimento, sem desrespeito aos limites orçamentários do governo.

“Discordo da visão de que tudo que o governo fizer que não seja na área de saúde ou educação será necessariamente mal feito”, diz. Segundo ele, o governo pode adotar políticas pró-ativas. “Há uma extensa agenda que pode ser colocada em prática e não passa por arrombar o Tesouro”, afirma. “E também não está baseada em escolher ganhadores e perdedores, nem oferecer subsídios.”

Ele enumera quatro áreas de atuação: reduzir o custo Brasil (reforma tributária que retire impostos que encarecem a produção e redução dos custos de transporte e da burocracia); promover as exportações; incentivar setores com forte impacto sobre a criação de empregos, como a agricultura; e criar instrumentos na área do mercado de capitais para estimular investimento em novos setores.

A base da agenda pró-ativa sugerida por Mendonça de Barros está na alocação de recursos privados para estimular o próprio setor privado. O volume de financiamento às exportações, diz, pode crescer com a adoção de mecanismos de securitização das vendas externas.

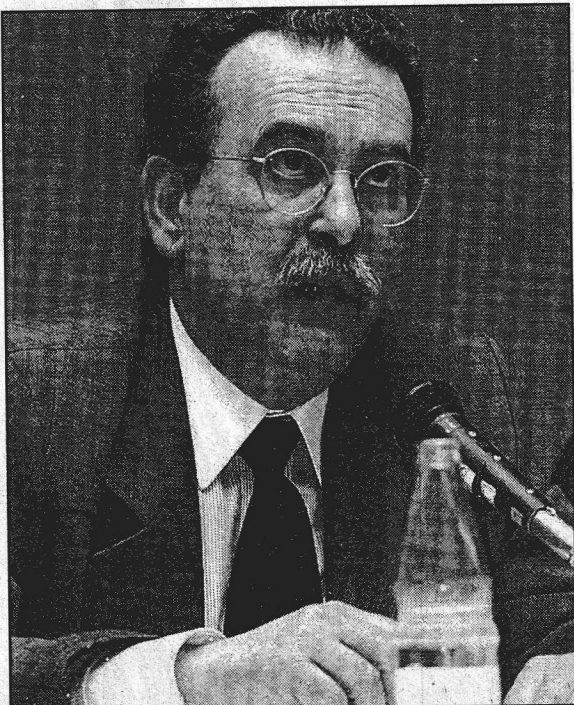
“Esse mecanismo permite ampliar o crédito disponível sem depender de recursos públicos”, argumenta. Uma empresa calçadista, por exemplo, lançaria papéis no mercado com remuneração futura baseada na própria venda de sapatos no exterior. “O aumento das vendas externas é a melhor receita para estabilizar a taxa de câmbio.”

Além de inovações financeiras, complementariam a agenda de promoção de exportações uma política de defesa comercial, de abertura de mercados e uma articulação para retomar o vigor do Mercosul.

Na lista de Mendonça de Barros, o custo do crédito agrícola pode ser barateado sem “arrombar” o Tesouro. Ele sugere dois mecanismos: o de seguro agrícola e o de desenvolvimento de mercados futuros de produtos agrícolas. Ele diz que agora o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) perdeu o monopólio do resseguro no País e seguradoras internacionais podem ser acionadas com essa finalidade.

Outra sugestão está relacionada ao mercado de capitais. “Há fundos de empresas emergentes que não sabem onde investir e empresas que não sabem onde e como captar recursos.” Ele sugere ainda alterações nas leis que regem as sociedades anônimas para facilitar investimentos no mercado de ações.

Daniel Garcia/AE



Mendonça de Barros: “Há fundos de empresas emergentes que não sabem onde investir e empresas que não sabem onde e como captar recursos”

170